



OBJETIVOS

Neste material você terá a possibilidade de:

- Compreender o contexto histórico e social das pessoas surdas que utilizam a Libras.
- Reconhecer e apontar os desafios e possibilidades para a inclusão social dos(as) surdos(as) a partir da reflexão sobre cultura, língua e sociedade.

SUMÁRIO

| | |
|---|----------|
| 1 A língua de sinais no brasil | 1 |
| Referências..... | 7 |

1 A LÍNGUA DE SINAIS NO BRASIL

De acordo com Gesser (2009, p. 28-29):

O alfabeto manual, utilizado para soletrar manualmente as palavras é apenas um recurso utilizado por falantes da língua de sinais. Não é uma língua, e sim um código de representação das letras alfabéticas. Acreditar que a língua de sinais é o alfabeto manual é fixar-se da ideia de que a língua de sinais é limitada. [...] Lança-se mão desse recurso para soletrar nomes próprios de pessoas ou lugares, siglas e algum vocabulário não existente na língua de sinais que ainda não tenha sinal.

A língua de sinais foi reconhecida no Brasil em 24/04/2002 com a publicação da Lei 10.436, no entanto, ela já existia há muito tempo. Um dos registros históricos que temos é o dicionário Iconographia dos signaes dos surdos-mudos/1875, é um dicionário iconográfico contendo o registro dos sinais praticados pelos surdos, na segunda metade do século XIX, na província do Rio de Janeiro, mais especificamente no Instituto Imperial de Surdos-Mudos, hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos.

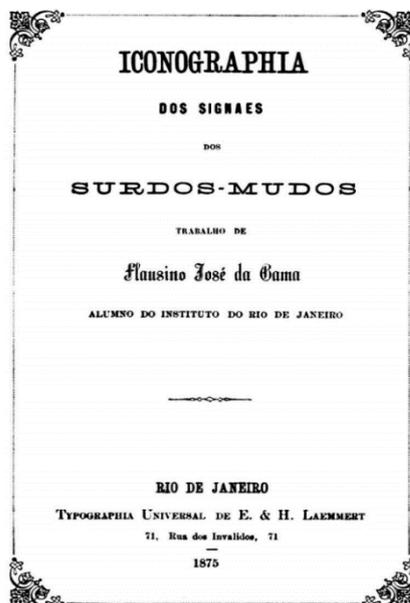
Ficou curioso(a)?



Veja o dicionário: Disponível em:

<http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/114>

Figura 01 – Capa do dicionário Iconographia dos signaes.



Fonte: GAMA, (1875, p. 22).

Figura 02 – Dactilologia dos surdos-mudos.





Fonte: GAMA, (1875, p.?).

Figura 03 – Alguns sinais



Fonte: GAMA, (1875, p.?).

Sendo os Surdos uma minoria linguística, espalhados geograficamente, conseqüentemente surgem muitas variantes/dialetos da Libras, e até mesmo outras línguas de sinais. Podem surgir os sinais caseiros nas famílias onde há dois ou mais surdos, contudo, é principalmente nas associações de surdos e nas escolas de surdos, os espaços onde a língua de sinais emerge e se expande.

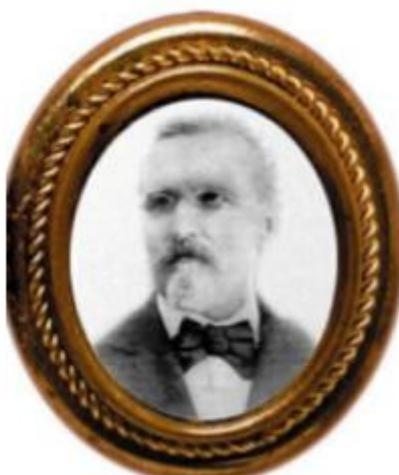
Pesquisas linguísticas apontam que além dos dialetos e variações regionais há também, no Brasil, outras línguas de sinais diferente da Libras. São as línguas de sinais indígenas que conforme Pinheiro (2020) são: Língua de sinais Urubu Kaapor; Língua de sinais Kaingang; Língua de Sinais Guarani-Kaiowá; Língua de sinais Terena; e Língua de Sinais Pataxó. Ainda segundo a pesquisadora, temos as línguas de sinais rurais e de comunidades isoladas: Língua de Sinais de Caiçara;



Língua de Sinais de Ilha do Marajó; Língua de sinais Cena (Piauí) e Língua de sinais Acenos (Acre).

No Brasil o registo da primeira Escola para Surdos, data de 1º de janeiro de 1856. O atual Instituto Nacional de Educação de Surdos, localizado no Rio de Janeiro, foi criado em meados do século XIX por iniciativa do surdo francês E. Huet, tendo como primeira denominação Collégio Nacional para Surdos-Mudos, de ambos os sexos. Em junho de 1855, E. Huet apresentou ao Imperador D. Pedro II um relatório cujo conteúdo revelava a intenção de fundar uma escola para surdos no Brasil.

Figura 04 – Ernest Huet



Legenda: Ernest Huet (1822- S/D) educador surdo francês responsável pela criação da primeira escola para surdos no Brasil (Imperial Instituto de Surdos Mudos, fundado em 1856, na cidade do Rio de Janeiro).

Fonte: <https://www.meon.com.br/meonjovem/alunos/no-dia-nacional-dos-surdos-conheca-a-historia-da-lingua-brasileira-de-sinais>

A língua de sinais do Brasil possui forte influência francesa, em função da nacionalidade de Huet – foi espalhada por todo Brasil pelos alunos que regressavam aos seus Estados ao término dos estudos no Instituto. Nas décadas iniciais do século XX, o Instituto oferecia, além da instrução literária, o ensino



profissionalizante. A conclusão dos estudos estava condicionada à aprendizagem de um ofício. Os alunos frequentavam, de acordo com suas aptidões, oficinas de sapataria, alfaiataria, gráfica, marcenaria e artes plásticas. As oficinas de bordado eram oferecidas às meninas que frequentavam a instituição em regime de externato.

Na década de 1960, nos EUA, com apoio de pesquisas realizadas na área da linguística, foi conferido status de língua à comunicação gestual entre surdos. No Brasil, já no final dos anos 1980, os surdos lideraram o movimento de oficialização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Em 1993, um projeto de Lei deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação em âmbito federal, culminando com a criação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais, seguida pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que a regulamenta. (Veja mais em: <http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>)

O Instituto recebia alunos de todo o Brasil, os quais, após se formarem retornavam à suas cidades tornando-se multiplicadores do ensino de Libras e da Educação de Surdos. Vários retornavam e criavam associações de surdos, como aqui em Santa Catarina, o professor Francisco Lima Júnior após se formar no Instituto fundou o Círculo de Surdos-Mudos de Santa Catarina, atual Associação de Surdos da Grande Florianópolis (veja mais em: <https://www.asgfsurdos.org.br/historia>), o professor Francisco foi um grande guerreiro em prol da Educação de Surdos no Estado. Vale a pena dar um clique em <https://jornaldosurdo.comunidades.net/historia> e conhecer a história do Professor Francisco.



Fonte: SCHMITT (2008, p. 109).

Figura 05 – Professor Francisco Lima Júnior



Legenda: Primeiro professor surdo de SC. Francisco Lima Júnior, nasceu em 1928, em Florianópolis e estudou no Imperial Instituto de Surdos Mudos no Rio de Janeiro e no Instituto Paulista de Surdos, no período de 1937 a 1946. Ao retornar para Santa Catarina, em 1955, criou, com outros surdos da cidade de Florianópolis, o Círculo de Surdos Mudos de Santa Catarina e, posteriormente, em 1959, passou a ser o primeiro educador surdo do estado.

Fonte: SILVA 2009, p. 139.

Um dos documentos mais importantes sobre a Libras no Brasil é o Decreto 5.626 de 22/12/2005 que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que



dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Nesse Decreto encontramos a definição de Pessoa Surda e Perda Auditiva. Definições de como a Libras estará presente como disciplina curricular no ensino superior; sobre a formação do professor de Libras; sobre a difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à Educação; da formação do Tradutor e Intérprete de Libras; da garantia do direito à educação e à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva; do papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão da Libras.

Outra Lei importante é a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais. A leitura atenta desses documentos é fundamental para você aluno e aluna do curso.

REFERÊNCIAS

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. Volume I: Sinais de A a L (v. 1, pp. 1-834). São Paulo, SP: Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, Feneis, Brasil Telecom, 2001a.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. Volume II: Sinais de M a Z (v. 2, pp. 835-1620). São Paulo, SP: Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, Feneis, Brasil Telecom, 2001b.

FELIPE, T. A.; MONTEIRO, M. S. **Libras em Contexto**: curso básico, livro do professor instrutor. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC: SEESP, 2001.

FERREIRA, L. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo



Brasileiro, [reimpressão] 2010.

FERREIRA, L; LANGEVIN, R. Sistema Ferreira Brito-Langevin de transcrição de sinais. In: FERREIRA, L. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [reimpressão] 2010.

GAMA, Flausino José da. **Iconographia dos signaes dos surdos/mudos**. Rio de Janeiro: INES, 2011. (Série Histórica do Instituto Nacional de Educação de Surdos; 1) p. 22. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/114>. Acesso em: mar. 2021.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- MEC. **Decreto nº 5626 de 22/12/2005**. Regulamenta a Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e o art.18 da Lei nº 10098 de 19/12/2000.

PINHEIRO, K. L. **Políticas linguísticas e suas implementações nas Instituições do Brasil**: o tradutor e intérprete surdo intramodal e interlingual de línguas de sinais de conferência. Tese de Doutorado, UFSC: Florianópolis, 2020. 409 p.

QUADROS, R. M; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R. M. **Libras**. Editora Parábola: São Paulo. 2019.

REIS, F. **Professor Surdo**: a política e a poética da transgressão pedagógica. Florianópolis: UFSC/GES/CED – Dissertação de Mestrado, 2006.

SCHMITT, D. **Contextualização da trajetória dos surdos e educação de surdos em Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2008, pg. 143.

SILVA, V. **A política da diferença**: educadores-intelectuais surdos em perspectiva. Florianópolis, 2009, pg. 184. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3. ed. rev. Florianópolis: ed. da UFSC, 2013.



_____. **História da educação de surdos.** Coleção Letras-Libras, UFSC, 2009. Disponível em:
http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificas/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf.
Acessado em mar. 2021.